

# Italianos compram área no Acre para criar reserva extrativista

**Araújo Neto**  
Correspondente

ROMA — A Ordem dos Biólogos Italianos lançou ontem uma campanha de contribuições populares para a constituição de um fundo que permitirá a compra, por US\$ 422 mil, de 2400 km<sup>2</sup> de terras no Acre, no vale do Alto Juruá — onde será criada a reserva extrativista do Rio Tejo e instalado “o primeiro laboratório europeu biológico de controle ambiental na Amazônia”. O presidente da Ordem, professor Ernesto Landi, e o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa de Aquino, anunciaram que o chamado Projeto Amazônico estará em operação já em 1990. Diversas associações e ordens nacionais de biólogos dos 12 países da Comunidade Econômica Européia apóiam o empreendimento.

A campanha espera arrecadar em pouco tempo a quantia necessária à compra da área que o estado brasileiro já se dispôs a vender para uma cooperativa de seringueiros. O BNDES, através do Finsocial, colocou à disposição do Conselho Nacional dos Seringueiros NCz\$ 70 mil. Dois mil biólogos já se comprometeram a apoiar a campanha. “Basta que cada um dos 32 mil biólogos italianos contribuam com 30 mil liras (cerca de 25 dólares) para salvar aqueles 2400 km<sup>2</sup> de floresta amazônica”, disse Landi.

O projeto foi elaborado em colaboração com técnicos do BNDES, professores da Universidade de Campinas, Academia Brasileira de Ciências, Instituto Superior de Estudos da Amazônia e Conselho Nacional dos Seringueiros. O acreano Júlio Barbosa de Aquino fez duas longas viagens aéreas, de pelo menos 32 horas, para vir e voltar da capital italiana a Xapuri em menos de 72 horas. “Da pilha de convites e propostas de todo o mundo que recebemos desde a morte de Xico Mendes, esta, da Ordem Nacional dos Biólogos Italianos, nos pareceu da maior importância. O Projeto Amazônia vai garantir a sobrevivência de 1.500 famílias de seringueiros no Rio Tejo”, disse Aquino. O seringueiro lamentou ter sido “o primeiro e único sujeito do mundo que foi e voltou de Roma sem ter visto nada”.

**Ponto de referência** — Os principais objetivos do Projeto Amazônia são: constituir cooperativas e um sistema de transporte; instalar unidades de transformação (usina de laminagem; centro para o tratamento da cana-de-açúcar e de arroz; carpintarias e oficinas mecânicas); elaborar pesquisas sobre o sistema de exploração florestal; e instalar enfermarias e escolas. Todas as atividades serão orientadas, exercidas e administradas pelos próprios seringueiros. Os resultados dessa experiência serão usados como referência para a constituição de outras reservas extrativistas em outras áreas da Amazônia.

A escolha da região do Rio Tejo explica-se pela existência de uma bacia hidográfica completa e ecossistemas interdependentes, que tanto se prestam à exploração intensiva de seus recursos, como para o seu abrigo e regeneração. A execução do projeto está prevista para dois anos. Os objetivos do Laboratório Europeu Biológico foram definidas conjuntamente com pesquisadores da Unicamp e prevêem: a avaliação e gestão de recursos naturais; pesquisa de novas espécies vegetais; e tutela e gestão da flora e fauna ameaçadas de extinção.

O governo brasileiro não tem ainda posição definida sobre o projeto da Ordem Nacional dos Biólogos Italianos de comprar uma área de 2,4 mil km<sup>2</sup> na Amazônia para criar uma reserva extrativista. Pouco antes de embarcar para Santarém, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, desconhece oficialmente o projeto, mas vai examiná-lo do ponto de vista legal. O Itamaraty não recebeu ainda qualquer comunicado oficial da Embaixada Italiana, mas Gláucia Silveira Gauch, da Assessoria Especial de Imprensa, adiantou que “não há lei que impeça estrangeiros de adquirirem terras no Brasil”. De qualquer maneira, o projeto de uma reserva extrativista na Amazônia terá que ser analisado para que não se choque com a legislação brasileira. Até o final da tarde de ontem, a Embaixada da Itália desconhecia o projeto dos biólogos italianos.

## Inglêses querem preservar o Pará

BELÉM — O governo inglês está disposto a financiar vários projetos de pesquisa no Pará voltados para a preservação ambiental, afirmou o ministro de Desenvolvimento Ultramarino da Grã-Bretanha, Christopher Patten, que veio ao Brasil para firmar vários acordos de cooperação técnico-científica com o governo brasileiro. Patten não quis revelar qual o volume de recursos que seu país estaria disposto a investir na Amazônia. Mas, extra-oficialmente, fala-se em até US\$ 2,3 bilhões, por ano.

Para o ministro inglês, a natureza amazônica é muito complexa e o governo britânico prefere, antes de fixar os recursos, promover um intercâmbio estreito entre seus técnicos e pesquisadores e os cientistas das instituições de pesquisa local, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp) e o Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido (Cpatu), da Embrapa. A primeira fase da cooperação será realizada através da Universidade de Oxford.

Patten enfatizou que essa é a primeira vez que a Inglaterra assina um acordo de cooperação científica exclusivamente destinado à preservação ambiental, mas disse que o seu país tem muita experiência em projetos de preservação, adquirida na África e na Ásia. Afirmou que o seu ministério está particularmente interessado em seis projetos, três do Idesp e três do Cpatu, que tratam de pesquisa genética, dos recursos florísticos, do clima e do manejo florestal.

**Amazônia** — As causas e consequências da destruição dos bosques tropicais e os fatores econômicos que condicionam a ameaça contra a Amazônia e o clima mundial em geral são os temas das Jornadas Amazônicas que começaram ontem em Berlim Ocidental. As organizações ecológicas que participam do encontro exigem que sejam concedidos novos créditos ao Brasil — caso o governo assegure a proteção dos povos amazônicos e das florestas.